

IGREJA, DEMOCRACIA E PLURALISMO: AS SAUDADES DA CRISTANDADE

Francisco Ivern

Hoje, a Igreja, face ao crescente processo de secularização da sociedade contemporânea e do decrescente papel institucional que desempenha na vida pública, parece sentir saudades do tempo em que algumas regiões, países e culturas eram chamadas de Católicas ou Cristãs. Apesar de longos séculos de evangelização e esforços missionários, não apenas a grande maioria da população mundial permanece não-cristã, mas até em países tradicionalmente católicos, os valores cristãos já não inspiram mais — pelo menos no grau que a Igreja desejaria — as estruturas, instituições e leis da sociedade moderna. O fermento parece não conseguir mais transformar a massa. O sal parece ter perdido a sua capacidade para realçar o sabor. Na católica América Latina, e particularmente em países como o Brasil, como se não bastasse a secularização, um número crescente de novas religiões e seitas mina ainda mais a influência institucional da Igreja.

Fala-se em uma nova campanha de evangelização de massa que, nesse fim do segundo milênio, mediante o uso de satélites e dos meios de comunicação social, tentaria recuperar o terreno perdido. Na área social e política, para marcar a presença institucional da Igreja, há um interesse crescente por abordagens que muitos julgavam já tivessem sido superadas. Nessas últimas décadas, pessoas da Igreja falam de novo, em termos confessionais, sobre instituições, como sindicatos e partidos políticos, "cristãos". Esse discurso não é apenas de grupos conservadores, de direita ou integristas. Também entre os chamados "progressistas" há uma crescente impaciência por causa da aparente ineficácia política dos cristãos, tentando agir como fermento no meio de uma massa secularizada. Declaram que não desejam voltar ao regime do cristandade, nem criar movimentos sociais ou partidos políticos cristãos. Porém, desejariam de algum modo fazer-se presentes coletivamente, como católicos e cristãos, na vida política e social. Não obstante as suas sutis distinções, sob muitos aspectos a sua abordagem fica muito perto daquela dos conservadores. A principal diferença consistiria em que o seu "integrismo" não seria de cunho burguês, mas de natureza popular e responderia às reais necessidades do povo, sobretudo das classes pobres e trabalhadoras. Não criariam as suas organizações confessionais, como muitos con-

servadores desejariam fazer; porém, gostariam, de todos os modos, de armar a sua própria tenda, coletiva e cristã, no meio do mundo secular, no coração dos movimentos sociais e dos partidos políticos hoje existentes. A sua teologia tornar-se-ia o fator aglutinador que os reuniria e conservaria juntos, não apenas ao nível da fé e da religião, mas também ao nível político: a teologia assumiria o papel de uma ideologia política (C. Boff, em "Cristãos: Como fazer política", p. 163).

É interessante observar que, para justificar essa aparente volta a novas e mitigadas formas de cristandade, os "progressistas" usam, com frequência, os mesmos argumentos que os "conservadores": "Não percebem que os tempos andaram e que hoje a questão real não é mais a cristandade, mas sim o secularismo. Grita-se ante o perigo da cristandade, mas não se mostra a mesma reação contra o secularismo, que é entretanto o problema mais agudo que a pastoral de hoje enfrenta na área política." (Ibid., p. 156).

O problema não é se a fé tem ou não alguma coisa a dizer na área social, nem se pode ou não permear a vida social e política com valores cristãos. É evidente que as exigências éticas e sociais da fé são muito relevantes para o mundo de hoje e que todos os cristãos estão chamados a transformar a realidade temporal, à luz daquelas exigências. Também ninguém nega que os cristãos devam ser preparados, formados, acompanhados e sustentados, muito mais do que hoje, para e no exercício das suas responsabilidades sociais e políticas. Para isso, devem-se encontrar estruturas de apoio mais adequadas. Também a questão em jogo não é se a fé ou a teologia podem inspirar os cristãos na definição de uma ideologia ou partido político; nem se é possível elaborar ideologias políticas idôneas e duradouras, deixando de lado todas as referências a valores religiosos e transcendentais.

O verdadeiro problema surge se e quando desejarmos ir mais longe do que isso, e falarmos sobre fé se tornando, de algum modo, uma ideologia política. Isso implicaria em que a visão cristã do homem e da sociedade que a Igreja tem como própria, não apenas nos *inspiraria* e guiaria na escolha e articulação dos fins e dos meios particulares que qualquer ação política necessariamente comporta, mas que aquela visão *ditaria* a escolha e a articulação. Por professarmos a mesma fé, deveríamos também defender a mesma ideologia política. Se isso viesse a ocorrer, marcaria o fim do pluralismo político, pelo menos para os cristãos e poderíamos falar de novo em política e partidos cristãos. Essa abordagem poderia nos levar a novas formas de integrismo e a posições pré-Vaticano II.

Não quero inferir daí que Clodovis Boff ou outros teólogos da libertação sustentem essas posições. De fato, C. Boff, nos escritos citados anteriormente, procura se defender das críticas que alguns lhe fizeram e evitar os riscos e perigos implicados em algumas de suas afirmações. Mesmo assim, porém, persiste uma certa ambigüidade e falta de clareza em suas posições.

Penso que na base dessas mais ou menos abertas ou veladas tentativas de voltar para posições um tanto integristas, tanto por parte dos "conservadores", como dos "progressistas", se encontra a dificuldade de aceitar que, embora a fé cristã tenha um papel importante a desempenhar na construção da ordem temporal, a natureza da sua contribuição é especificamente religiosa e isso comporta limites. Não é fácil aceitar ser o fermento escondido que gradativamente transforma a massa; a semente enterrada no chão, germinando e crescendo, lenta e silenciosamente, sem que o sementeiro tenha a certeza de que um dia a verá florescer e produzir frutos.

A Igreja e, de um modo particular, os clérigos e religiosos, que estão chamados a serem os portadores de verdades universais e eternas, também experimentam dificuldades para viver e atuar num mundo pluralista onde, não apenas devido ao secularismo, mas simplesmente por causa na natureza mesma das coisas criadas, todas as visões da realidade e todas as ideologias são parciais e imperfeitas. *Nesse nível*, onde as escolhas entre uma pluralidade de fins possíveis e de meios para atingi-los, são inevitavelmente contingentes, ninguém pode pretender possuir o monopólio da verdade ou impor, em nome da fé, um determinado ponto de vista ideológico ou político. Isso significaria, não apenas acabar com o pluralismo, mas também submeter a fé, a sua pureza e integridade, às limitações e às mudanças que caracterizam toda opção ideológica.

Nessa área, como em outras, é interessante e instrutivo observarmos o vaivém do pêndulo, de um extremo a outro e logo a tendência a voltar à sua posição original. Não é sempre fácil avançar dialeticamente, partindo de posições bem estabelecidas para outras novas e, ao percebermos as limitações das novas posições que temos adotado, termos a capacidade de corrigir a nossa rota, recuperando se for necessário velhos valores sempre atentos, porém, para não recairmos simplesmente no passado, mas sempre avançando, ainda que os desafios que nos esperam sejam grandes e difíceis.

Recordemos a posição donde o pêndulo veio e como e por que oscilou

gradativamente para uma nova posição, nos anos que precederam e seguiram o Concílio Vaticano II. É a história da evolução do ensinamento social da Igreja, desde o Rerum Novarum até a Octogesima Adveniens e a última Encíclica de João Paulo II, em relação à natureza e papel específicos da presença e ação da Igreja no mundo secular. Alguns não gostam da palavra "secular", porque acham que deste modo se limita a esfera de influência do sagrado. Veremos que o contrário é que é verdade e que é apenas quando se respeita a natureza específica e as leis do mundo criado por Deus, o mundo da ciência e da tecnologia, da economia e da política, que a religião pode exercer a sua maior influência e, ao mesmo tempo, preservar a sua pureza e integridade. Um dos atalhos mais curtos para chegar ao secularismo é afirmar que tudo é sagrado!

Como sabemos, a idéia da subordinação do secular ao sagrado, do Estado à Igreja, marcou o pensamento católico durante séculos. A "ordem secular" ou "temporal" só gradativamente ganhou a sua autonomia. Mesmo Leão XIII e Pio XI e as suas grandes Encíclicas Rerum Novarum (1891) e Quadragesimo Anno (1931), pagaram tributo a esse modo de pensar. A tutela da Igreja sobre o Estado, do sagrado sobre o profano ou secular, porém, nem sempre resultou em uma maior e mais profunda influência de um sobre o outro, já que as relações entre eles se definiam de um modo bastante formal e institucional. A mudança social era abordada de um modo reformista e moralizante. Ninguém ousava falar sobre mudanças estruturais, por medo de cair nos campos liberal ou socialista. Os cristãos precisavam receber um "mandato" para poder atuar, como cristãos, na esfera secular, pois a sua ação era considerada como uma mera "extensão" da ação da Igreja institucional. A "Ação Católica" era um organismo centralizado, dominado por clérigos. Leão XIII ainda falava sobre uma "ordem social cristã" e uma "sociologia católica".

A mudança de fato ocorreu com João XXIII, o Concílio Vaticano II e Paulo VI. Gradativamente se reconheceu a relativa autonomia da esfera secular. Não se falou mais em uma "ordem social cristã", mas simplesmente em uma ordem inspirada e permeada por princípios e valores cristãos. O "mandato" entrou em crise e com ele a "Ação Católica". Deus não atua apenas na Igreja ou através dela, mas também nas realidades chamadas "profanas" ou seculares e através delas. Deste modo a teologia dos "sinais dos tempos" nasce e ganha terreno. Os leigos não precisam mais dum mandato para agir na esfera secular, já que, por vocação, ela constitui o seu campo específico de ação.

O reconhecimento da autonomia relativa do mundo secular, em lugar de fechar, abriu de fato a porta para a penetração dos princípios e valores cristãos nesse mundo, mas agora desde o próprio interior dele, mediante o testemunho por palavras e obras de homens e mulheres cristãos, vivendo a sua vocação no coração das realidades terrenas. Para compensar as "muletas" que o "mandato" oferecia, os leigos foram convidados a discernir, à luz da fé e em função de situações concretas, o que deveriam fazer; a viver a sua fé em profundidade, sempre em comunhão e solidariedade com suas próprias Igrejas particulares e comunidades eclesiais de base: o nível em que o discernimento sobre o que se deve fazer, aqui e agora, se torna possível e significativo.

O pêndulo, portanto, passou de realidades que antes a Igreja institucional pretendia supervisionar e controlar e sobre as quais se colocava, com frequência, a etiqueta de "católicas" ou "cristãs", para realidades que Deus criou com as suas próprias leis e dinamismo, mas que, como toda realidade criada, estavam também profundamente marcadas pelo pecado e deviam ser evangelizadas: isto é, transformadas e colocadas de novo a serviço do desenvolvimento integral de todo o homem e de todos os homens. Para isso, os cristãos tirariam inspiração e forças da sua fé e das comunidades eclesiais a que pertencem. Porém, na esfera secular, colaborariam, em pé de igualdade, com os outros, sem reivindicar nenhum privilégio especial por causa da sua religião. Se conseguirem impor os seus próprios pontos de vista, isso dever-se-á à força interior dos seus valores e convicções religiosas, à sua conduta cristã exemplar, ao seu conhecimento, competência e experiência para lidar com assuntos seculares e ao seu respeito e amor pelos outros, pela sua dignidade e pelos seus direitos.

O otimismo que caracterizou os anos durante e imediatamente depois do Concílio, sobre a possibilidade de manter um diálogo proveitoso com a cultura contemporânea e de influenciar e mudar, por dentro, as estruturas sociais, não durou muito. O processo de secularização continuou; o mundo estava ainda marcado por profundas e vastas injustiças sociais e, aparentemente, a Igreja continuava a perder terreno. Hoje, do ponto de vista da Igreja, os "sinais dos tempos" se apresentam mais negativos do que positivos. Na sua última Encíclica, *Sollicitudo Rei Socialis*, João Paulo II, escreve sobre as "tristes experiências dos últimos anos" e o "panorama predominantemente negativo do momento atual" (n 47).

Como vimos anteriormente, mesmo em países como o Brasil, agentes de pastoral e lideranças da Igreja que se supõe estarem mais em contato

com a realidade social e mais conscientes, não apenas das injustiças sociais, mas também dos valores que hoje emergem particularmente entre os pobres, nas bases, mas também entre os jovens, começam a dar sinais dum certo cansaço e desapontamento. Entre outras coisas, a aparente força, unidade e coesão de que as comunidades eclesiais de base deram prova, durante os anos dos regimes militares autoritários, agora parecem se debilitar sob o impacto da transição democrática e do crescente pluralismo. As lideranças dessas comunidades se preocupam ao verem que alguns dos seus membros se afastam e, aparentemente, se "perdem" no mundo secular, absorvidos pelas exigências dos movimentos sociais e dos partidos políticos aos quais aderiram. Por outro lado, esforços da Igreja, ou pelo menos de alguns dos seus membros, para mobilizar apoio em favor de certas causas ou para favorecer um determinado movimento ou partido, nem sempre tiveram o êxito desejado. A tão esperada democracia chegou, mas fica muito aquém das esperanças e expectativas que muitos nutriam.

É nesse contexto, marcado por certa desilusão e frustração, que surge o desejo por uma presença cristã no mundo secular, não apenas mais efetiva, mas também mais visível e palpável. Às vezes a tendência é procurar atalhos ou soluções fáceis, em lugar de intentar descobrir as razões que explicam por que aquela presença não é tão forte e efetiva como deveria ser: Qual é a qualidade e autenticidade do exemplo que os cristãos oferecem, em particular os situados em posições de influência e responsabilidade? Que formação receberam os cristãos para fazer face aos desafios do mundo de hoje e viver em uma sociedade democrática e pluralista?

Além da motivação e de uma espiritualidade, a nossa fé nos fornece alguns "princípios de reflexão, critérios de julgamento e diretrizes para a ação" (Octogesima Adveniens, n. 4), para guiar a nossa vida e atividades na esfera secular. Porém, para organizarmos a vida econômica, social e política, isso não basta. Precisamos para isso de ideologias, políticas e programas mais operacionais, elaborados à luz da fé, mas também em função não apenas do que é em si mais importante, mas também do que é mais urgente e factível nas presentes circunstâncias. As mediações ideológicas e políticas são absolutamente necessárias, mas nem a fé, nem a Igreja podem nos fornecê-las. Essas mediações deverão ser definidas mediante o diálogo e a colaboração com todos aqueles que são membros do mesmo corpo social ao qual pertencemos, que têm as mesmas ou parecidas preocupações e objetivos; mas que não partilham necessariamente das mesmas crenças. Hoje na América Latina, em países como o Brasil, o fato de professar uma mesma fé ou de alguém se

chamar cristão ou católico, não garante de modo nenhum a consolidação de uma base adequada para um consenso político, mesmo em pontos considerados essenciais.

É interessante constataremos que mesmo tendo que enfrentar o dilema de duas ideologias dominantes e inaceitáveis e dos dois blocos que nelas se inspiram, a Igreja continua insistindo que o seu ensinamento social, que seria o mais próximo que podemos chegar de uma "ideologia", não constitui uma "terceira via" ou modelo alternativo entre os dois. Também a Igreja não manifesta preferência por esse ou aquele programa econômico ou político, sempre que a dignidade humana seja respeitada e promovida e a Igreja usufrua de suficiente liberdade para levar a cabo a sua missão específica (Sollicitudo Rei Socialis, n. 41). Isso de modo nenhum significa que a Igreja não está interessada em assuntos "profanos", se afasta do mundo e se retira de novo para a "sacristia". Significa simplesmente que o modo como a Igreja exerce a sua influência sobre essas realidades, não é de natureza ideológica ou política, mas essencialmente ética ou moral, por causa dos valores humanos e religiosos que essas realidades comportam.

Hoje existe uma certa confusão sobre o papel e função específica da religião na sociedade contemporânea e sobre a relação entre o domínio da fé, da teologia e da doutrina e o domínio da ideologia e política, no sentido mais positivo e nobre destes termos: isto é, passos necessários, mas parciais e imperfeitos, para passar da teoria à praxis, dos ideais à sua encarnação concreta na sociedade.

Alguns, com medo dos riscos e perigos, que são reais, de misturar religião com ideologia e política, insistem na natureza essencialmente religiosa da missão da Igreja. À vezes insistem tanto que terminam por negar, senão "de iure", pelo menos "de facto", o direito e o dever da Igreja de dizer uma palavra e de intervir em qualquer esfera: um direito e dever que não podem ser delegados ou "passados" a outros. Parecem esquecer que o que importa não é tanto sobre que coisas a Igreja fala (economia, política, cultura...), nem a esfera em que intervém, mas sobretudo por que e como, ou a que nível, a Igreja fala e intervém. Uma vez que se estabelece uma distinção excessivamente marcada ou errada entre a missão religiosa e social da Igreja, fica difícil fazer a ponte entre as duas. Nesses casos, a tentação é de fazer da mesma religião uma espécie de ideologia ou sistema político ou de acreditar que a religião pode ser aprisionada dentro dos estreitos limites de um determinado movimento social ou partido político.

Do outro lado estão aqueles que se preocupam com o divórcio entre a fé e vida, religião e política, ideais cristãos de justiça e uma sociedade marcada por injustiças. Desejariam que a religião fosse social e politicamente relevante, não apenas mediante a influência que os princípios e os valores cristãos podem e devem exercer na vida social, mas também de um modo mais concreto e efetivo: com a efetividade que é mais própria da ideologia e da política do que da religião. É nesse contexto que teólogos e outros pensadores começam a se perguntar se, depois de tudo, a fé e a teologia — uma boa teologia, socialmente comprometida — não poderiam desempenhar o papel de uma ideologia política.

Embora partam de premissas diferentes, esses dois caminhos nos levam de fato a uma mesma conclusão: uma tentativa para voltar aos tempos em que a Igreja exercia uma influência considerável, não apenas pelo testemunho que davam os seus membros, mas também e em uma boa parte, devido ao poder político que possuía. Dizer que agora essa tentativa é para voltar a um poder que será "serviço", não resolve o problema. Tanto o poder da religião, como da política deveriam ser um serviço, e nesse sentido ambos os poderes são necessários. Porém, isso não significa que sejam idênticos e se governem pelas mesmas regras.

Essas questões e outras relacionadas com elas, constituem hoje assunto de muito debate em países como o Brasil. Algumas delas são importantes e relevantes para todo cristão, já que tocam aspectos essenciais da missão da Igreja no mundo. Outras refletem preocupações mais de ordem institucional e intraeclesial e também o papel predominante que desempenham bispos, padres e religiosos, para garantir a presença cristã na sociedade contemporânea. Não temos ainda um laicato suficientemente organizado, autônomo e bem preparado, particularmente do ponto de vista religioso e doutrinário, para assumir as suas responsabilidades cristãs, não apenas no campo da "ação pastoral" pela qual a hierarquia é diretamente responsável; nem simplesmente em movimentos ou associações "católicas" ou "cristãs", mas também e sobretudo na esfera secular, nos campos econômico, social, político e cultural. Esses campos constituem o terreno privilegiado onde leigos e leigas deveriam exercer a sua missão cristã, em virtude não de nenhum mandato ou autoridade delegada, mas da sua vocação cristã.

Hoje, no Brasil, a "ação pastoral", i.e. a ação evangelizadora dos "pastores" e dos seus colaboradores, clérigos, religiosos ou leigos, é praticamente o único apostolado digno desse nome, realizado, em princípio, sob a supervisão e orientação, mais ou menos imediata, da hierarquia ou dos "pastores". Todas as pessoas que colaboram de algum modo com a

Igreja, sejam clérigos, religiosos ou leigos, são comumente chamados de "agentes de pastoral": É um termo bastante amplo que abrange desde Ministros da Eucaristia, Ministros da Palavra e catequistas, até pessoas que lideram ou animam movimentos, projetos ou programas relacionados com a Igreja, em uma grande variedade de campos.

Resta pouco espaço para um apostolado leigo que, permanecendo em comunhão e estreito contato com a Igreja Hierárquica e se esforçando por ser fiel ao seu Magistério, teria as suas próprias organizações e decidiria com autonomia o modo melhor para testemunhar os princípios e valores cristãos na esfera secular ou temporal. De fato, quando algumas dessas organizações ou movimentos aparecem, a tendência é de colocá-los sob a cobertura da Igreja e da sua ação pastoral. Às vezes, são os mesmos movimentos ou organizações que procuram esse guarda-chuva protetor, porque não se sentem preparados para realizar sozinhos a sua missão cristã, ou por acreditarem que ainda são muito fracos para enfrentar a oposição e os ataques de forças hostis.

Devido a essa falta de uma "mediação leiga" efetiva, entre a Igreja Hierárquica e o mundo do trabalho, da economia, da política e da cultura, a Igreja institucional é às vezes levada e até forçada a tratar, diretamente ou mediante os seus "agentes de pastoral", de assuntos que afetam valores humanos, mas que também são de natureza ideológica, política ou técnica. Nesses casos cria-se, com frequência uma certa confusão, por que os "agentes pastorais" que atuam em nome da Igreja, não são sempre capazes de distinguir a contribuição estritamente religiosa ou pastoral, daquela que toca outros aspectos que admitem um pluralismo de opções e interpretações, até do ponto de vista cristão. Esses agentes tendem, às vezes, a tratar todos os aspectos com a mesma certeza e convicção religiosa, confundindo, por exemplo, as suas legítimas preferências ou escolhas ideológicas ou políticas, com os critérios religiosos ou éticos que os levaram a elas. O resultado é que as coisas relativas e contingentes tendem a se tornar absolutas e as absolutas contingentes: ideologias e partidos políticos tornam-se em pseudo-religiões e a religião é reduzida ao nível de uma ideologia ou partido político. Deste modo, nos re-encontramos com aqueles que, para evitar todos esses excessos e para preservar a pureza e integridade da religião, se esforçam por isolá-la das influências e da disputas ideológicas e políticas, mas, ao mesmo tempo, acabam por atribuir à religião mesma uma influência política e um poder que não lhe correspondem.

Essas tendências, com os seus riscos e perigos, são inevitáveis, já que a religião institucionalizada é ao mesmo tempo divina e humana, imanen-

te e transcendente: neste mundo, mas não deste mundo. Os problemas e as tensões que esses diversos modos de abordar a realidade social por parte da religião, necessariamente comportam, deveriam se resolver ou superar mediante diálogo e discernimento. Porém, quando essas tendências se radicalizam ou polarizam demais, o diálogo e o discernimento tornam-se quase impraticáveis. Quando se chega a esse ponto, a religião e as Igrejas, em lugar de contribuírem para a construção de uma sociedade participativa, democrática, sobre a qual nos falava a Conferência Episcopal de Puebla, podem, com as suas posições, minar as bases e comprometer o futuro dessa sociedade. Os cristãos ou tendem a se isolar em novos tipos de guetos, perdendo assim o contato com a massa, ou querem impor à sociedade os seus princípios ou convicções, nas suas condições, sem respeitarem as regras que governam uma sociedade democrática e pluralista e sem assumirem os riscos que a vida nessas sociedades necessariamente implica.

SUMÁRIO

Diante de uma perda progressiva da influência institucional da Igreja na sociedade contemporânea, o A. constata em alguns setores de Igreja, tanto nos considerados "conservadores", quanto nos "progressistas", uma tendência para repropor posições que lembram de algum modo o integrismo ou regime de cristandade de outros tempos. Segundo o A., essa tendência revela falta de clareza sobre o papel específico da fé e da religião na construção da ordem temporal e uma certa confusão entre os níveis teológico e doutrinário, por um lado, e ideológico e político, por outro. No Brasil essa tendência desenvolve-se e ganha força com o processo de abertura política e de instauração democrática. A Igreja parece encontrar uma certa dificuldade para conviver com a democracia e o pluralismo e assumir os riscos que essa convivência implica. O A. atribui em parte esse fato ao protagonismo excessivo que Bispos, Padres, religiosos e agentes de pastoral se vêem forçados a exercer na esfera temporal, pela falta de uma "mediação leiga" efetiva. O A. alerta para o perigo que essas tendências representam já que podem levar os cristãos a se isolar em novos tipos de guetos, enfraquecer a contribuição da Igreja para a construção da sociedade democrática e pluralista e até comprometer o futuro dessa sociedade.

SUMMARY

Faced with a gradual loss of the Church's institutional influence in contemporary society, the A. discovers in some Church groups, among those called "conservatives", as well as among those considered "progressists", the tendency to repropose positions that remind us of the integrism and the regime of "Christendom" of past times. According to the A., such a tendency reveals lack of clarity about the specific role of faith and religion in the building up of the temporal order and some confusion between the theological and doctrinal level, on the one side, and the ideological and political level, on the other. In Brazil, that tendency develops and gains

ground with the process of political liberalization and democratization. The Church seems to find it difficult to live together with democracy and pluralism and to assume the risks that such a coexistence implies. The A. attributes this partly to the fact of the excessive protagonism which Bishops, priests, religious and pastoral agents are forced to exercise, in the temporal order, because of the lack of an effective "lay mediation". The A. alerts to the danger that these tendencies represent, since they may result in isolating Christians in new types of ghettos, weaken the contribution of the Church for the construction of a democratic and pluralistic society and even jeopardize the future of that society.